

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ACSA DE MELO AFONSO
ELOISE WANDERLEI MADEIROS

**CRIATIVIDADE DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS NO SETOR PÚBLICO:
uma análise por meio das contas outras receitas e outras despesas
correntes dos Estados e do Distrito Federal.**

MACEIÓ
2019

ACSA DE MELO AFONSO
ELOISE WANDERLEI MADEIROS

**CRIATIVIDADE DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS NO SETOR PÚBLICO:
uma análise por meio das contas outras receitas e outras despesas
correntes dos Estados e do Distrito Federal.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade Federal
de Alagoas como um dos requisitos para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof. Valdemir da Silva

MACEIÓ
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE

DECLARO para os fins que se fizerem necessários que os alunos **ACSA DE MELO AFONSO**, matrícula 16110678 e **ELOISE WANDERLEI MADEIROS**, matrícula 16110885, no curso de Ciências Contábeis, concluíram com aprovação o Trabalho de Conclusão do Curso – TCC com o título “**CRIATIVIDADE DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE POR MEIO DAS CONTAS, OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**” e obtiveram nota 9,5 (nove inteiros e cinco décimos).

Maceió(AL), 01 de fevereiro de 2021

Paulo Sérgio Cavalcante
Coordenador do Curso

DEDICATÓRIAS

*Dedicamos este trabalho, ao professor
Valdemir da Silva,
por seu decoro e otimismo.
A você o nosso muito obrigado.*

AGRADECIMENTOS

Aos nossos pais, pelo amor incondicional, estímulo e todo o amparo necessário para viabilizar a realização dos nossos sonhos e objetivos, tornando essa trajetória árdua em gratificante e recompensadora.

Aos nossos professores, pelos ensinamentos e conhecimentos adquiridos. Em especial, aos professores Valdemir da Silva, em razão da sua competência, dedicação, entusiasmo em ensinar e encorajar o conhecimento científico, bem como para o nosso crescimento profissional e Adhemar Ranciaro Neto, por sua presteza em contribuir notadamente com o presente estudo.

Aos nossos companheiros/namorados, por testemunharem e fazerem parte construtivamente dessa etapa de nossas vidas, incentivando-nos ao engrandecimento pessoal.

Aos nossos amigos, por compreenderem nossas ausências, proporcionar-nos descontração e apoio emocional durante essa jornada.

RESUMO

A contabilidade criativa é prática difundida em instituições públicas e privadas, apesar de a sua evidenciação não ser clara. Neste contexto de gerenciamento ou manipulação de resultados, esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar se os estados brasileiros gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário de suas contas. Para alcançar esse fim, a pesquisa é classificada, quanto aos objetivos, é considerada descritivas, quanto aos procedimentos, documental, e, quanto à abordagem, é quantitativa. Os dados coletados foram referentes aos exercícios de 2014 a 2017 e a população pesquisada está representada pelos 27 entes federados. Para alcançar os resultados esperados, utilizou-se da análise de Dados em Pannel, mediante a aplicação dos modelos 1 (Efeitos Fixos), cuja variável é OTREC, e o modelo 2 (Efeitos Aleatórios), com a variável OTDEC. Os achados da pesquisa apontam que os entes federados se utilizam da conta de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados contábeis com o objetivo de auferir o equilíbrio orçamentário. As variáveis VAREO e PASRE apresentam impacto sobre as variáveis dependentes dos modelos, com sinais idênticos em ambos.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultado. Setor Público. Entes estaduais e distrital.

ABSTRACT

Creative accounting is widespread practice in public and private institutions, although its disclosure is not clear. In this context of results management or manipulation, this research has the general objective of investigating if the Brazilian states manage their results through other current revenues and expenses to obtain budget balance of their accounts. To achieve this end, the research is classified as objectives, is considered descriptive, as the procedure, documentary, and as the approach, is quantitative. The data collected refer to the years 2014 to 2017 and the surveyed population is represented by the 27 federated entities. To achieve the expected results, we used Panel Data analysis by applying models 1 (Fixed Effects), whose variable is OTREC, and model 2 (Random Effects), with the variable OTDEC. The findings of the research indicate that federated entities use the account of other current revenues and other current expenses to manage their accounting results in order to achieve budget balance. The variables VAREO and PASRE have an impact on the dependent variables of the models, with identical signs in both.

Keywords: Earnings management. Public sector. Loved state and district.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização e Problemática	11
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	13
1.4 Estrutura da Pesquisa	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Gerenciamento de Resultados	15
2.2 Escolhas Contábeis	17
2.3 Orçamento Público	18
2.4 Resultados Orçamentários	21
2.5 Estudos anteriores	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	24
3.1 Tipologia da Pesquisa	25
3.2 Universo da Pesquisa	25
3.3 Coleta e Tratamento dos Dados	25
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Hipóteses para as Escolhas de Políticas Contábeis	18
Quadro 2 - Estudos Anteriores	22
Quadro 3 - Paralelo dos Modelos de Gerenciamento de Resultados	26
Quadro 4 - Resultados Esperados do Modelo De Santos et al (2012)	27
Quadro 5 - Resultados Esperados do Modelo Da Pesquisa	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística Descritiva	29
Tabela 2 – Matriz de Correlação	30
Tabela 3 – Testes para Dados em Painei	30
Tabela 4 – Estimacão dos Modelos	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANOEL	Variável <i>Dummy</i> Referente ao Ano Eleitoral
BGE	Balanço Geral do Estado
DENPO	Densidade Populacional do Estado
EA	Painel de Efeitos Aleatórios
EF	Painel de Efeitos Fixos
FINBRA	Finanças do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	International Financial Reporting Standards
IMOB	Imobilizado do Estado
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MQE	Mínimos Quadrados Empilhados
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OTDEC	Outras Despesas Correntes do Estado
OTREC	Outras Receitas Correntes do Estado
PASRE	Passivo Financeiro + Passivo não Financeiro do Estado
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
VAREO	Variação do Resultado Orçamentário do Estado

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problemática

A contabilidade tem a finalidade de fornecer informações relevantes e fidedignas para as tomadas de decisões, no ambiente interno e externos das organizações, direcionadas a diversos usuários com interesses e necessidades antagônicas (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016). Nessa conjuntura, faz-se necessário observar a subjetividade e volubilidade presentes na análise de uma informação, causadas, principalmente, pelas influências dos seus usuários e pelos aspectos sociais, econômicos, políticos e comportamentais (PAULO, 2007).

Em decorrência da subjetividade encontrada nas normas contábeis, há a possibilidade da realização de escolhas contábeis durante o registro dos seus atos e fatos administrativos. A liberdade das alternativas, dentro da legalidade, possibilita aos gestores o alcance de objetivos que podem representar com parcialidade as demonstrações publicadas (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016). Como consequência, as decisões da administração sofrerão impactos, positivos ou negativos, ocasionados por atitudes embasadas em interesses particulares (NARDI; NAKAO, 2009).

Ademais, a complexibilidade do setor público traz a necessidade de um gerenciamento eficiente dos recursos para o alcance de metas e objetivos. Por esse fato, o aumento da população e das repartições em funções administrativas acarreta um acréscimo nas despesas públicas e impõe ao gestor uma maior responsabilidade de prestar informações legítimas na administração dos seus recursos (SANTOS; MACHADO; SCARPIN, 2012).

Com o aumento das repartições e dos dispêndios, o Estado é impulsionado a manusear de forma eficiente e com equilíbrio as suas receitas e as despesas constadas no orçamento público (FERREIRA; OLIVEIRA, 2017). Esse instrumento é crucial para o planejamento das receitas e despesas da entidade, visando a execução de ações favoráveis aos interesses públicos (PIRES; MOTTA, 2006).

Como resultado, a fim de manter as contas públicas sob controle, uma vez que se tornou matéria compulsória da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, os agentes públicos administrativos recorrem à utilização de mecanismos, sem que haja a transgressão das normas contábeis (SANTOS, 2001).

Por esse motivo, o princípio do equilíbrio orçamentário impõe ao gestor o equilíbrio das contas públicas, o qual, para Santos, Machado e Scarpin (2012, p.19), “o gestor público não poderá efetuar um gasto sem que tenha uma receita em contrapartida, justificando-se a hipótese do equilíbrio orçamentário”.

Como efeito, sobretudo da subjetividade e multiplicidade dos métodos contábeis, faz-se presente o uso de um artefato denominado de Contabilidade Criativa, o qual delineia um procedimento em que os gestores usam dos seus vastos conhecimentos para manusear valores divulgados em suas demonstrações, sem infringir as normas (CORDEIRO, 2005).

Para Kraemer (2004) as práticas da Contabilidade Criativa impactam nas decisões econômicas, financeiras e gerenciais, de tal forma, que as manobras realizadas nas demonstrações contábeis poderão prejudicar a transparência na aplicação dos recursos públicos. Outrossim, Pereira (2017, p.1) destaca que “a contabilidade criativa é, portanto, uma forma de obscurecer a real situação das contas públicas”, de tal forma, que “os agentes econômicos (empresas, investidores, trabalhadores etc) perdem confiança nos números apresentados pelo governo”.

A contraponto, essa suavização com os dados das demonstrações contábeis é consequência de uma administração que busca se utilizar discricionariamente das brechas existentes nas leis e normas. Nesse sentido, a diversidade e liberdade nas escolhas de métodos contábeis pelo gestor, não viola a margem de legalidade, descartando a ideia de fraude durante a utilização do dispositivo no registro de suas informações (MARTINEZ, 2001; PAULO, 2007).

Alinhado a isso, Dias *et al* (2016), destacam que a fraude se relaciona com atos ilegais, a citar falsificação ou adulteração de documentos, enquanto a contabilidade criativa, ou gerenciamento de resultados, utiliza-se das aberturas de leis e normas. Assim, apesar da heterogeneidade de opiniões sobre a sua legalidade, a contabilidade criativa ou o gerenciamento de resultados permeia dentro das normas e leis aplicáveis ao cenário contábil.

Com isso, o presente estudo enseja o seguinte problema de pesquisa: ***os estados brasileiros e o Distrito Federal gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir o equilíbrio orçamentário de suas contas?***

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é investigar se os estados brasileiros gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário de suas contas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o propósito deste estudo, trilham-se os seguintes objetivos específicos:

- Investigar as ramificações das contas de receita e despesas correntes com intuito de detectar a prática de gerenciamento de resultados e se possuem um grau de subjetividade nas demonstrações contábeis;
- Verificar se o gerenciamento de resultados nas outras receitas despesas correntes afetam o equilíbrio orçamentário.

1.3 Justificativa

As disfunções recorrentes das finanças públicas evidenciadas pelos déficits de alguns entes federativos, dificultam os investimentos em serviços básicos e incitam o comportamento oportunista pelo governo para reverterem esse cenário (SILVA, 2018). No que se refere aos Estados, Hessel (2018) desenvolveu um panorama, no ano de 2017, destacando que quatorze Estados brasileiros finalizaram seu exercício financeiro em condições negativas, com a liderança do Rio de Janeiro (R\$ 6,2 bilhões), seguido de Minas Gerais (R\$ 6,1 bilhões) e Paraná (R\$ 2,8 bilhões).

Alinhado a isso, o Brasil vem enfrentando uma crise econômica-política-ética desencadeando um profundo desequilíbrio das contas públicas, motivadas por uma administração ineficiente e, notadamente, enraizada pela corrupção (PEREIRA, 2017). Desse modo, considerando as crescentes obrigações dos Estados, é ciente que a administração pública poderá recorrer a uma alternativa viável de gerenciamento, atendendo a uma estruturação técnica, científica e lícita para os

gestores públicos manobram seus resultados (SANTOS, 2009; SANTOS, MACHADO, SCARPIN, 2012).

Nesse sentido, a relevância de investigar atividades realizadas nos Estados, através do uso das práticas de contabilidade criativa, permite que a sociedade se mantenha consciente da atuação dos seus representantes, fortalecendo assim, o exercício da democracia por meio do livre arbítrio de opinar e de fiscalizar os gastos públicos (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013). Além disso, o desenvolvimento do presente estudo justifica-se pela contemporaneidade do tema, bem como na sua perspectiva de informar a aplicabilidade da contabilidade criativa nas demonstrações contábeis dos Estados brasileiros e Distrito Federal, e o modo em que as decisões tomadas por seus gestores irão influenciar no bem-estar da sociedade com a divulgação de informações que necessitam de legitimidade e transparência.

Vale ressaltar que esse estudo tem como base o trabalho de Santos, Machado e Scarpin (2012), o qual aborda o gerenciamento de resultados no setor público, analisando contas orçamentárias intituladas de “Outras Receitas e Despesas Correntes” nos municípios de Santa Catarina. No entanto, apesar de utilizar as mesmas contas como objeto de análise, esse estudo se diferencia pela ampliação do universo da pesquisa, com o intuito de refletir a situação de cada Estado brasileiro a respeito da temática proposta pelos autores.

1.4 Estrutura da Pesquisa

Além da introdução, o presente estudo está dividido em mais quatro seções. Na seção 2, encontra-se o referencial teórico, abordando os temas de Gerenciamento de resultados, Escolhas contábeis, Orçamento público, Resultados orçamentários e Estudos anteriores. Na seção 3, a metodologia da pesquisa. Na seção 4, a análise dos dados e interpretação dos resultados apresentados, e por fim, na seção 5, discute-se as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O propósito deste referencial teórico é ser uma revisão de conceitos importantes que delimitam e auxiliam na explanação do objetivo do estudo e também exerce a função de apresentar o panorama de outras pesquisas realizadas sobre o tema.

Nesta seção, primeiramente, serão abordados os conceitos que envolvem a contabilidade criativa, amplamente denominada pela literatura de gerenciamento ou manipulação de resultados. Em seguida, contemplar-se-ão as escolhas contábeis, orçamento público, resultado orçamentário e, por fim, o levantamento de pesquisas científicas ligadas ao assunto pesquisado.

2.1 Gerenciamento de Resultados

Gerenciamento de Resultados ou Contabilidade Criativa provém do termo anglo-saxônico *earnings management* que se referem a um mesmo fenômeno contábil (MATSUMOTO; PARREIRA, 2007). Em seu estudo, Martinez (2001) afirma que a expressão Contabilidade Criativa tem maior predominância na área de negócios, enquanto o Gerenciamento de Resultados, na área acadêmica. Contudo, independente do termo, a prática impacta nos resultados das informações contábeis durante as divulgações de suas demonstrações (KRAEMER, 2004).

No campo das discussões acadêmicas e profissionais, as definições para a contabilidade criativa provocam divergências, principalmente, no que se refere a sua subjetividade e legalidade (DIAS *et al.* 2016; MATSUMOTO; PARREIRA, 2007). Lemos (2017, p.2) enfatiza que “compreender o que é contabilidade criativa, é mais do que chegar a um consenso sobre a sua definição. É também perceber a divergência de opiniões no que concerne à legalidade em recorrer à sua prática”.

Na definição de Cosenza e Grateron (2003), a contabilidade criativa é a intervenção intencional presente nos relatórios financeiros, com o intuito de lesar partes interessadas no processo, em sua maioria, objetivado por questões particulares. Santos e Grateron (2003, p.20) enfatizam que “é possível inferir que as práticas de contabilidade criativa não são casuais e são realizadas, na maioria dos casos, para distorcer e modificar a “imagem fidedigna” de uma entidade”.

Entretanto, Martinez (2001) descarta a ideia de fraude contábil durante o

gerenciamento dos resultados, e defende que a sua operação é realizada dentro dos limites da legislação. Portanto, as deficiências encontradas nos direcionamentos darão a oportunidade aos gestores de escolherem alternativas na busca da reprodução de um resultado desejado.

Ordenadamente, Silva e Santos (2016), definem que Contabilidade criativa é um dispositivo legal, por estar em concordância com as normas e práticas contábeis, mas que poderão ser interpretadas de modo distinto pela presença da subjetividade dos profissionais e pela diversidade dos métodos contábeis.

Nesse sentido, é relevante distinguir contabilidade criativa de contabilidade fraudulenta, pois tomar decisões através das escolhas enquadradas dentro da legalidade não acarreta uma fraude, para tal, as ações precisam estar desalinhadas com as normas contábeis (PAULO, 2007). Concomitantemente Sousa *et al.* (2015, p.13) ressaltam que “a fraude contábil é juridicamente um crime, a contabilidade criativa é uma prática juridicamente legal”.

Acerca disso, a literatura apresenta evidências que a contabilidade criativa e fraudulenta são duas práticas distintas, uma vez que existem profissionais que recorrem à ilegalidade, registrando, entre outros, vendas fictícias, superestimação de ativos, depreciação e provisões não reconhecidas e antecipação de vendas por meio de documentos, por outro lado, profissionais que conhecem das normas e métodos contábeis, podem utilizar a contabilidade criativa para o reconhecimento acelerado ou elevado das despesas com depreciação, aumento de despesas não operacionais, reclassificação de ativos e passivos e reduzindo o reconhecimento de provisões (DUARTE; RIBEIRO, 2007; MARTINEZ, 2001; PAULO, 2007; SILVA; SANTOS, 2016).

Considerando as posições adotadas por alguns pesquisadores, observa-se que a contabilidade criativa é um procedimento juridicamente aceito para gerenciar resultados mediante às escolhas contábeis discricionárias que impactam diretamente nas informações econômicas e financeiras das empresas, sendo, portanto, reconhecidas por estarem em conformidade com as práticas e normas contábeis (SANTOS; GRATERON, 2003).

Apesar disso, os pensamentos destoam, pois não existe um consenso entre os pesquisadores, em relação à linha tênue que separa a contabilidade criativa da fraude contábil.

2.2 Escolhas Contábeis

A informação contábil impacta expressivamente nas decisões dos gestores quanto a escolha das normas e práticas contábeis que poderão estar presentes durante o registro e mensuração dos dados coletados (VASCONCELOS *et al.*, 2008). Para isso, as informações se tornam elementos essenciais nas tomadas de decisões, influenciando de forma direta a continuidade das atividades desenvolvidas pelas empresas (MANZI, 2016).

Nessa perspectiva, as escolhas contábeis constituem ações para o direcionamento da contabilidade em dado momento. Suas determinantes são essenciais para uma decisão que irá impactar nos demonstrativos gerados pela organização (MACHADO *et al.*, 2012). Por esse fato, é necessária cautela na adoção das escolhas contábeis, pois com a flexibilidade das normas, a subjetividade estará presente (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001a), e com isso, a fidedignidade das informações divulgadas pelas empresas poderão ficar comprometidas, sejam elas, públicas ou privadas (SILVA; MARTINS; LEMOS, 2014).

Para a NBC TSP 11 (2018), a natureza das operações e as políticas contábeis devem ser selecionadas por cada entidade em concordância com os interesses e compreensão dos usuários na divulgação das suas demonstrações contábeis, para isso, as entidades devem apresentar um resumo das políticas contábeis relevantes em suas demonstrações, no que tange a sua base de mensuração, como também o grau de transição para outra norma e outras políticas responsáveis pela compreensão das demonstrações contábeis.

Watts e Zimmerman (1990) citam a Teoria Positiva da Contabilidade, a qual busca entender e prever as políticas contábeis que serão adotadas pelas empresas. Para isso, os autores formularam hipóteses que foram encaminhadas aos gestores na adoção de práticas contábeis, partindo do ponto de que as pretensões individuais inclinam aos gestores a gerenciar seus resultados.

O quadro 1 abaixo apresenta três hipóteses desenvolvidas por Watts e Zimmerman (1990) referente as escolhas de políticas contábeis.

Quadro 1 – Hipóteses Para As Escolhas De Políticas Contábeis

Hipóteses	Finalidade
Hipótese do plano de bônus	Quanto maior o bônus ou remuneração oferecidas aos gestores da organização, maior será a utilização de métodos contábeis para aumentar seus resultados.
Hipótese do endividamento	Quando a empresa possui um elevado grau de endividamento, mais propensas estarão de escolher métodos contábeis para gerenciar seus resultados.
Hipótese dos custos políticos	Empresas maiores utilizarão, com uma frequência maior que as menores, de métodos contábeis para reduzir seus lucros, devido a sua maior atenção no mercado.

Fonte: Watts e Zimmerman (1990)

Por esse fato, para Silva, Martins e Lemos (2014), as escolhas das políticas contábeis podem ser destrinchadas em dois tipos, as escolhas observáveis e as não observáveis, totalizando sete tipos de escolhas mencionadas no estudo. O primeiro grupo, as escolhas observáveis, estão relacionadas a mensuração, reconhecimento, evidenciação, mudanças de políticas contábeis e o momento na adoção de uma norma. Enquanto as escolhas não observáveis advêm dos critérios vagos no IFRS (ponderação profissional) e pelas decisões operacionais.

Em suma, embora se utilizem da teoria de escolhas políticas para orientar as escolhas contábeis Barbosa (2016, p.31) declara que “ainda não existe uma teoria dominante que possa explicar esse fenômeno ou tema”. Outros como Silva, Martins e Lemes (2016, p.135) reforçam que não há uma teoria consolidada ou mais completa que verse sobre a escolha contábil, visto que, “as escolhas são múltiplas, feitas por múltiplos agentes em múltiplos ambientes contratuais e institucionais”.

Com isso, Fields, Lys e Vincent (2001b, p.7) afirmam que a escolha contábil se faz presente pelo fato de ser “impossível, ou inviável, eliminá-la”, por essa acepção, estudos sobre o gerenciamento de resultados evidencia o aspecto da subjetividade dos profissionais no processo das escolhas contábeis.

2.3 Orçamento Público

O orçamento público surgiu mediante a evolução do Estado autônomo, tornando-se uma ferramenta indispensável para que as instituições governamentais controlassem suas receitas e despesas (PIRES; MOTTA, 2006). Entretanto, ainda de acordo com esses autores, o processo de consolidação do orçamento resultou

de árduas e diversas lutas políticas, para, só então, ser considerado um instrumento imprescindível ao equilíbrio dos interesses contrários em torno do poder.

A priori, com a criação do orçamento público tornou-se possível a dissociação entre o interesse público e o interesse privado, uma vez que os recursos do Estado eram utilizados para fins particulares de seus governantes (COSTA, 2010). Todavia, o advento do orçamento desencadeou em uma transição social com mudanças significativas para a contabilidade pública, na qual foram desenvolvidas diversas formas de definições do orçamento com o objetivo de esclarecer sua funcionalidade e relevância para o aprimoramento da máquina Estatal (SANTOS, 2001).

Corroborando com esse pensamento, Augustinho, Oliveira e Lima (2013) declaram que o orçamento público é uma peça de gestão, estabelecida no planejamento, que serve de orientação para formular e executar as políticas públicas. Dantas *et al.* (2014, p.92) complementam que “o orçamento permite organizar as atividades econômicas e financeiras do aparelho público, de modo a prever receitas e fixar despesas no sentido de proporcionar o desenvolvimento da sociedade”.

Outra forma de conceituação são defendidas por Santos (2009), os quais abordam o respectivo instrumento sob os seguintes enfoques: a) Político, estudando ações governamentais que beneficiem determinado grupo/região; b) Jurídico, garantindo os direitos fundamentais da sociedade por meio de um conjunto de normas que compõe a lei orçamentária; c) Administrativo, tipificando o orçamento como um objeto de planejamento; e por fim, d) Financeiro, sistematizando o fluxo de ingresso e saída de recurso.

A respeito da sua construção, a legislação vigente atribui ao Poder executivo a competência de elaborar o orçamento e de determinar quais serão as políticas públicas aplicadas ao ciclo orçamentário (FAJARDO, 2016). Segundo Zuccolotto (2015, p.85), o ciclo orçamentário refere-se às formas sucessivas de se preparar o orçamento, sendo constituído pela “articulação de um conjunto de processos, dotados de características próprias, que se sucedem ao longo do tempo e se realimentam cada vez que estes são novamente implementados.”

A composição do ciclo orçamentário fundamenta-se em quatro fases: a) Elaboração, onde o Poder Executivo define as prioridades do governo e os recursos necessários para financiar as políticas públicas inseridas no orçamento; b)

Aprovação, onde se discute, vota, aprova e emite o parecer final do projeto de orçamento; c) Execução, etapa em que as Secretarias de Finanças descentralizam os recursos para proceder às execuções; d) Controle, que se inicia comutativamente com a fase de execução do orçamento, pode ser de forma interna ou externa (ZUCCOLOTTO, 2015).

Nessa conjuntura, Silva *et al.* (2014) abordam que o orçamento público acarreta em reflexos na sociedade em consonância com a arrecadação de receitas e vinculação das despesas. A origem e a estimativa do montante dos recursos públicos e das despesas fixadas devem serem apontadas no orçamento de forma objetiva e concisa, considerando a necessidade social (XEREZ, 2013).

À vista disso, a previsão da receita pública é fundamental para o processo orçamentário governamental por auxiliar os gestores na tomada de decisão (SILVA *et al.*, 2014). Sua classificação segmenta-se em duas categorias econômicas: receita corrente, que podem ser constituídas pelo recolhimento de tributos que custeiam os serviços públicos; e pela receita de capital, provenientes da alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital, entre outros. (GIACOMONI, 2010).

Tratando-se das despesas públicas, Machado (2015, p.4) relata que essas são compostas por “todos os desembolsos realizados pelo Estado na prestação dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da população, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.” As despesas também se apresentam como sendo: de capital, formada por investimentos, transferências de capital e etc; e correntes, interligada a necessidade básica da administração e as que não possuem uma contraprestação de bens e serviços (SANTOS; CAMACHO, 2014).

Em suma, o incentivo para a utilização do orçamento parte do contexto de que essa ferramenta de gestão é um dos mais antigos e tradicionais no âmbito público, julgado como um mecanismo eficaz de controle que se submete a modificações para acompanhar a evolução das funções do Estado (GIACOMONI, 2010). Outro aspecto que intensificou o dever de realizar o planejamento orçamentário foi a implantação da Lei de responsabilidade Fiscal – LRF, que versa sobre normas de finanças públicas direcionadas a responsabilidade na gestão fiscal (SANTOS; MACHADO; SCARPIN, 2012)

Por conseguinte, Santos, Machado e Scarpin (2012) evidenciam que, para atender a imposição da referida lei e também auferir o equilíbrio entre as receitas e despesas, os agentes administrativos podem usufruir de um artefato da contabilidade denominado de gerenciamento de resultados. Esse artifício refere-se a um “manejo” proposital dos resultados contábeis para evitar demonstrar a situação latente das suas operações e com isso obter benefícios particulares (MARTINEZ, 2001).

2.4 Resultados Orçamentários

Para Furtado (2007, p.62) a prestação de contas “é obrigação que emana do princípio universal de que todos aqueles que administram bens alheios, ou os têm sob a sua guarda, têm o dever de acertar o resultado de sua gestão”. Ainda de acordo com o autor, a prestação deve ser justificada por documentos que discrimine as receitas e despesas que foram decorrentes do período administrado pelo responsável em gerenciar os recursos de terceiros.

Neste contexto, surge no domínio público a obrigatoriedade da elaboração das demonstrações contábeis por meio da instituição da Lei nº 4.320/64, para viabilizar a transparência do manuseio dos seus recursos (SILVA *et al.*, 2013). Todavia, a partir da interpretação da Lei nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário deve ser publicado, junto com os demonstrativos das receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Santos e Castro (2015, p.6) compreende que o balanço orçamentário “é um demonstrativo contábil que fornece informações de natureza orçamentária, apresentando, basicamente, as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.” Silva *et al.* (2014) corroboram declarando que o balanço orçamentário é um dos principais demonstrativos públicos que indicam o ingresso dos recursos e sua aplicabilidade.

No que concerne a estrutura do balanço orçamentário, o BGE (2016) explica que as despesas devem ser apresentadas por categoria econômica e pelo grupo da natureza da despesa, apontando a verba inicial e atualizada para o período, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, bem como o saldo da dotação. Assim, as receitas também devem ser discriminadas por categoria econômica e origem,

abrangendo a previsão inicial, a previsão atualizada do período, a receita realizada e o saldo (MCASP, 2018).

Dessa estrutura, pode-se extrair o resultado orçamentário, isto é, o montante alcançado pela administração pública, decorrente da diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas no período (BGE, 2016). Logo, quando o quociente apresenta despesas maiores que as receitas, há um déficit orçamentário, mas quando ocorre o inverso, obtém-se um superávit orçamentário (XEREZ, 2013).

Em síntese, considerando a incumbência referente ao manuseio de recursos de terceiros e de se elaborar demonstrações contábeis, tal como o balanço orçamentário, para propiciar análises que objetivem compreender o progresso financeiro de um ente público, o gestor precisa estar disposto a buscar novas técnicas capazes de auxiliá-lo a atender a essas exigências (SANTOS; ROCHA; HEIN, 2014). Com isso, o gerenciamento de resultado apresenta-se como uma alternativa para o gestor, por estar associado à manipulação de resultados (MACHADO; BENETTI; BEZERRA, 2011).

2.5 Estudos anteriores

O quadro 1 abaixo apresenta os estudos anteriores sobre gerenciamento de resultados, em sua maioria de empresas do setor privado.

Quadro 2 - Estudos Anteriores

Autor/ano	Objetivo e Amostra	Resultado
Santos; Machado; Scarpin (2012)	Verificar se os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário, no período de 2005 a 2008. Amostra compreendeu 277 municípios.	O estudo comprovou que os municípios catarinenses se utilizem da conta de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados, na propensão de reduzi-las, e com isso, auferir equilíbrio orçamentário.
Martinez (2001)	Demonstrar empiricamente que as companhias abertas brasileiras “gerenciam” os seus resultados contábeis como resposta a estímulos do mercado de capitais. Amostra compreendeu 304 empresas, distribuídas em 15 setores.	Constatou-se que as empresas que utilizam do gerenciamento de resultados conseguem no curto prazo atrair investidores, porém, a longo prazo, o mercado identifica o procedimento e essas ações são penalizadas com os piores desempenhos acumulados

Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

Quadro 3 - Estudos Anteriores (Continuação)

Autor/ano	Objetivo e Amostra	Resultado
Martinez (2001)	Demonstrar empiricamente que as companhias abertas brasileiras “gerenciam” os seus resultados contábeis como resposta a estímulos do mercado de capitais. Amostra compreendeu 304 empresas, distribuídas em 15 setores.	Constatou-se que as empresas que utilizam do gerenciamento de resultados conseguem no curto prazo atrair investidores, porém, a longo prazo, o mercado identifica o procedimento e essas ações são penalizadas com os piores desempenhos acumulados
Martinez; Cardoso (2009)	Identificar evidências do gerenciamento da informação contábil mediante decisões operacionais por parte das companhias abertas brasileiras, no período 1998-2004. Amostra compreendeu 315 empresas brasileiras.	Encontrou evidências significativas de que elas, generalizadamente para toda a amostra, utilizam tanto o gerenciamento das despesas de vendas, gerais e administrativas, quanto o gerenciamento do nível de produção.
Rodrigues (2007)	Analisar se existe manipulação dos resultados contábeis através das contas de receitas e despesas não-operacionais, no âmbito das empresas brasileiras classificadas como “Nível 1” de governança corporativa pela BOVESPA. Amostra compreendeu 25 empresas.	Somente pela análise de regressão que foi possível identificar indícios de gerenciamento de resultados por meio das contas de receitas e despesas não-operacionais
Santos; Scarpin (2011)	Verificar a existência de gerenciamento de resultados nas empresas mais admiradas do Brasil, como também o efeito dos índices de governança corporativa no nível de gerenciamento, no período de 2010. Amostra compreendeu 16 empresas	Constatou a prática de gerenciamento de resultados nestas empresas, demonstrando que os <i>accruals</i> discricionários e suas consequências são ocultos ao usuário da informação contábeis
Nardi; Nakao (2009)	Estudar a relação entre o gerenciamento de resultados (GR) e o custo da dívida (Ki) das empresas brasileiras abertas, no período de 1996 a 2007. A amostra resultou em 229 empresas.	Os resultados do estudo não indicaram que o custo da dívida motiva o gerenciamento de resultados que, por sua vez, seria feito pelas empresas com a intenção de melhorar seu custo da dívida. Mas os resultados apontaram para uma relação unidirecional em que o custo da dívida é influenciado positivamente pelo GR.
Rodrigues; Paulo; Carvalho (2007)	Analisar se as companhias abertas brasileiras utilizam as transações entre empresas interligadas, especificamente quando da existência de relação de controle, para gerenciar os resultados, no período de 2000 a 2004. A amostra foi de 309 empresas.	Constatou-se que, na amostra de companhias abertas brasileiras estudadas, especificamente quando da existência de relação de controle, não existe, necessariamente, o emprego das transações entre as empresas interligadas para gerenciar os resultados contábeis

Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo da presente pesquisa é investigar se os estados brasileiros gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário de suas contas. Nessa perspectiva, essa seção busca explicitar as características da presente pesquisa e delimitar como sua operacionalização será realizada de modo a alcançar o objetivo proposto.

3.1 Tipologia da Pesquisa

Em consonância com o objetivo geral da pesquisa que é investigar se os estados brasileiros gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário de suas contas, o estudo se relaciona com a tipologia descritiva, a qual examina uma determinada população ou fenômeno e observa as relações entre suas variáveis, influenciadas por aspectos comportamentais isolados ou em grupos complexos e a frequência em que os fenômenos irão ocorrer dentro do intervalo estudado. (GIL, 2008; MANZATO; SANTOS, 2012).

No que concerne aos procedimentos, essa pesquisa caracteriza-se como documental. Para Fachin (2005, p.146) o método documental “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação”. Nesse sentido, o levantamento de dados desse estudo refere-se a informações extraídas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto a abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa, por visar o apontamento estatístico das frequências e intensidades presentes nas variáveis do estudo, para a análise e comparação dos resultados, sobre o gerenciamento de resultado nas contas públicas dos Estados brasileiros (WAINER, 2007). Desse modo, de acordo com Santos, Machado e Scarpin (2012, p.29) “o interesse do investigador é conhecer características gerais de uma população, a partir do exame da amostra com o fim de estabelecer relações causais entre duas ou mais variáveis.”

3.2 Universo da Pesquisa

O objeto de análise do estudo engloba as contas de Outras Despesas e Outras Receitas Correntes que constam nos Balanços orçamentários dos Estados, sendo identificados nos demonstrativos das Finanças do Brasil (FINBRA) que estão disponíveis no sítio do Tesouro Nacional, adjunto a dados informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o universo da pesquisa foi constituído por 26 Estados e o Distrito Federal, abrangendo os exercícios de 2014 a 2017, totalizando 243 observações.

3.3 Coleta e Tratamento dos Dados

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de conteúdo que buscou localizar as outras despesas e receitas correntes de 2014 a 2017, nos relatórios supracitados. Esse procedimento é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, podendo se valer da descrição analítica, que funciona segundo os procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens (BARDIN, 2004).

O modelo econométrico proposto nesta pesquisa deriva do modelo utilizado por Santos, Machado e Scarpin (2012), cujo estudo teve como objetivo analisar o índice de gerenciamento de resultados contábeis por meio das contas de outras receitas e outras despesas, ambas correntes, no âmbito da amostra de 277 municípios do estado de Santa Catarina.

Os dados pesquisados foram extraídos dos Balanços Orçamentários disponibilizados no relatório de Finanças do Brasil (FINBRA), hospedado no sítio do Tesouro Nacional durante os exercícios de 2005 a 2008. Os achados da pesquisa de Santos, Machado e Scarpin (2012) apontam que os municípios catarinenses se utilizem da conta de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados contábeis com o objetivo de auferir o equilíbrio orçamentário.

3.4 Modelo Econométrico Aplicado e os Resultados Esperados

Considerando o cenário investigativo e os resultados de Santos, Machado e Scarpin (2012), é apresentado, por meio do Quadro 3, o modelo de Santos, Machado e Scarpin (2012), bem como o modelo derivado por esse autor e ajustado para se investigar os indícios de gerenciamento de resultados nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Quadro 4- Paralelo dos modelos de gerenciamento de resultados

Painel A – Modelo proposto por Santos, Machado e Scarpin (2012)
$OTREC_{it} = \alpha_i + \alpha_{1i} + \alpha_2 VAREO_{it} + \alpha_3 PASRE_{it} + \alpha_4 IMOBI_{it} + \alpha_5 DENPO_{it} + \alpha_6 ANOEL_{it} + \varepsilon_{it}$ $OTDEC_{it} = \beta_i + \beta_{1i} + \beta_2 VAREO_{it} + \beta_3 PASRE_{it} + \beta_4 IMOBI_{it} + \beta_5 DENPO_{it} + \beta_6 ANOEL_{it} + \varepsilon_{it}$
Onde: OTREC = outras receitas correntes do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008) OTDEC = outras despesas correntes do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008) VAREO = variação do resultado orçamentário do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008) PASRE = passivo _financeiro + passivo não _financeiro do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008) IMOB I = imobilizado do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2005, 2006, 2007, 2008) DENPO = densidade populacional do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (2009) ANOEL = variável <i>dummy</i> referente ao ano eleitoral (2008 = “1”; 2007, 2006, 2005 = “0”) ε = erros dos modelos.
Painel B – Modelos proposto nesta pesquisa e adaptado de Santos, Machado e Scarpin (2012).
Onde: OTREC = outras receitas correntes do estado <i>i</i> no ano <i>t</i> (2014, 2015, 2016 e 2017) OTDEC = outras despesas correntes do estado <i>i</i> no ano <i>t</i> (2014, 2015, 2016 e 2017) VAREO = variação do resultado orçamentário do estado <i>i</i> no ano <i>t</i> (2014, 2015, 2016 e 2017) PASRE = passivo financeiro + passivo não financeiro do estado <i>i</i> no ano <i>t</i> (2014, 2015, 2016 e 2017) IMOB I = imobilizado do estado <i>i</i> no ano <i>t</i> (2014, 2015, 2016 e 2017) DENPO = densidade populacional do estado <i>i</i> no ano <i>t</i> (2018) ANOEL = variável <i>dummy</i> referente ao ano eleitoral (2017 = “1”; 2016, 2015, 2014 = “0”) ε = erros dos modelos.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Após a aplicação do modelo ilustrado anteriormente no Quadro 3 (Painel A), Santos, Machado e Scarpin (2012) descreve que, para confirmar o indício de gerenciamento de resultados por meio da variação do resultado orçamentário do estado, os sinais à frente do coeficiente no modelo utilizado em seu estudo devem apresentar a seguinte combinação, conforme Quadro 4:

Quadro 5- Resultados esperados do modelo de Santos, Machado e Scarpin (2012)

Combinações	Sinais	Variáveis	Resultado Final	
1ª	A	+	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Equilíbrio
	D	+	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	
2ª	B	-	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Equilíbrio
	C	-	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Santos, Machado e Scarpin (2012), ao explicar os prováveis resultados do modelo aplicado em seu estudo, relatou que, para que seja corroborada a ideia de que haja indícios de gerenciamento de resultados nas contas contábeis dos municípios catarinenses com intuito de mantê-las equilibradas, esperava-se que ocorresse a combinação dos coeficientes, conforme é demonstrado no Quadro 4.

Assim sendo, para se afirmar a existência do gerenciamento de resultados das contas contábeis por meio da variação do resultado orçamentário no intuito de atingir o equilíbrio pelos estados, são esperadas as combinações dos coeficientes após a aplicação do modelo elencado no Quadro 3 (Painel B).

Quadro 6- Resultados esperados do modelo da pesquisa

Combinações	Sinais	Variáveis	Resultado Final	
1ª	A	+	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Equilíbrio
	D	+	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	
2ª	B	-	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	Equilíbrio
	C	-	Variação do Resultado Orçamentário (VAREO)	

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Neste estudo, para que seja corroborada a ideia de que haja indícios de gerenciamento de resultados nas contas contábeis dos estados brasileiros e do Distrito Federal com o objetivo de mantê-las equilibrados, espera-se que haja a combinação dos coeficientes, conforme é demonstrado no Quadro 4.

Ao fazer o gerenciamento de resultados contábeis com objetivo de diminuir as receitas, o mesmo tem que ocorrer com as despesas, isto é, as gerenciam com

o objetivo de diminuí-las. Assim, os entes públicos mensuram o equilíbrio de suas respectivas contas, segundo os sinais a frente da variável VAREO nas letras A e D (equilíbrio). O mesmo se espera que isso ocorra, caso os resultados apontem para a combinação das letras B e C (equilíbrio).

Consoante o exposto, foram elaboradas as seguintes hipóteses pesquisa:

H1: *os estados e o Distrito Federal gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas correntes para auferir equilíbrio orçamentário.*

H2: *os estados e o Distrito Federal gerenciam os seus resultados por meio de outras despesas correntes para auferir o equilíbrio orçamentário.*

Então, em relação aos resultados desta pesquisa, espera-se que o coeficiente frente à variação do resultado orçamentário tenha o mesmo comportamento, quer no modelo de outras receitas correntes quer no modelo de outras despesas correntes.

Isso significa que, uma variação positiva no resultado orçamentário contribui para aumentar as outras receitas e despesas correntes. De outro modo, uma variação negativa no mesmo contribui para diminuir tanto as outras receitas correntes quanto as outras despesas correntes.

Para alcançar os resultados esperados, utilizou-se da análise de Dados em Painel, a qual exige, pois, que se façam testes para que se tenha um norte de qual método de estimação usar. Dentre os mais comumente usados, pode-se citar o método de Painel de Efeitos Fixos (EF), Painel de Efeitos Aleatórios (EA) e Mínimos Quadrados Empilhados (MQE).

Os dados se ajustam de forma diferente dentre os diferentes modelos, nesse sentido, justifica-se o uso de testes para decidir qual o melhor estimador. Assim, o teste de *Breusch-Pagan* tem por hipótese nula que a estimação por EA é mais eficiente que por MQE.

Por sua vez, o teste de *Hausman* tem por hipótese nula que o estimador de EA é mais consistente que o estimador de EF. Por fim, o teste de Coeficiente de Tempo tem por hipótese nula a premissa de que o estimador de MQE é mais consistente que o estimador de EF. Dessa forma, será avaliado o p-valor de cada teste para verificar a rejeição ou não de cada hipótese nula.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Buscando verificar os indícios de gerenciamento de resultados nos entes subnacionais, por meio das contas contábeis, outras receitas correntes e outras despesas correntes para o equilíbrio de seus respectivos orçamentos, apresentam-se, inicialmente, a análise descritiva das variáveis na tabela 1. Observa-se que os entes investigados apresentam, para a variação do resultado orçamentário, média superior aos 80 milhões de reais.

Verifica-se que, pois, que dentre todo o período analisado, OTREC possui média aproximada de R\$ 1,2 bilhões. Além disso, nota-se que a variabilidade da série é considerável, evidenciada principalmente pelo desvio padrão, apresentando valor maior que a média (quase R\$ 2 bilhões), mas também pelos valores de mínimo e de máximo.

Percebe-se também que o valor de OTDEC em média é menor que o da OTREC, apontando que os entes estaduais e distrital apresentaram resultados orçamentários positivos. Com isso, observa-se, para OTDEC, média próxima dos R\$ 11 bilhões, com desvio padrão de pouco mais de R\$ 17 bilhões, demonstrando o mesmo comportamento da variável anterior.

As obrigações exigíveis das entidades em média foram mais de 82 bilhões de reais, sendo o valor máximo em mais de 5 bilhão de reais. O imobilizado apresentou média no valor de mais de 6 bilhões de reais; todavia, muitas entidades possuem imobilizado bem superior à média nacional, conforme se pode visualizar pelo valor do desvio padrão.

A média populacional dos entes estaduais e distrital é próxima de 74 habitantes/km². Todavia, o desvio padrão aponta que a maioria desses entes possui população acima de 115 habitantes/km².

Tabela 1 - Estatística descritiva (n=108)

Variável	Obs.	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
OTREC (R\$ milhões)	108	1196,547	1997,578	30,19184	10606,57
OTDEC (R\$ milhões)	108	10998,82	17259,74	954,7428	92294,85
PASRE (R\$ milhões)	108	82075,81	98810,81	5439,544	655715,9
VAREO (R\$ milhões)	108	80568,57	97449,94	5363,821	654508,9
IMOB (R\$ milhões)	108	6779,748	11659,44	298,9621	55510,11
Densid. Populacional (hab/km ²)	108	74,00847	115,273	2,215466	525,8556

Fonte: Elaborada pelas autoras.

As variáveis apresentam desvio padrão maior que a média, situação confirmada pela amplitude entre os valores de mínimo e de máximo.

A tabela 2 apresenta a matriz de coeficientes de correlação, cujos valores demonstram alto nível de significância ($p < 0,01$). PASRE apresenta nível de correlação moderada e positiva tanto com OTREC quanto com OTDEC, com VAREO se comportando identicamente. Já IMOB têm mesmo sinal e direção, mas apresenta estar mais fortemente correlacionada com as duas variáveis de interesse, dado que apresenta coeficientes maiores que 0,7, enquanto a densidade populacional demonstra estar fracamente correlacionada.

Tabela 2 – Matriz de Correlação

	OTREC	OTDEC	PASRE	VAREO	IMOB	Dens. Pop.
OTREC	1,000					
OTDEC	0,834***	1,000				
PASRE	0,568***	0,598***	1,000			
VAREO	0,539***	0,581***	0,991***	1,000		
IMOB	0,718***	0,802***	0,693***	0,681***	1,000	
Dens. Pop.	0,350***	0,299***	0,271***	0,296***	0,320***	1,000

Fonte: Elaborada pelas autoras. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$.

Nota-se, na tabela 3, que os modelos foram estimados por meio de três métodos diferentes: Mínimos Quadrados Empilhados; Painel de Efeitos Fixos; e Painel de Efeitos Aleatórios. Todos os métodos são eficientes do ponto de vista estatístico. Entretanto, cada conjunto de dados se ajusta da melhor forma a determinado método de estimação. Para essa escolha são realizados testes que definem o melhor estimador. Além disso, para fins de simplificação, o modelo cuja variável é OTREC será chamado de modelo 1, enquanto aquele cuja variável é OTDEC será chamado de modelo 2.

Tabela 3 – Testes para dados em Painel

Modelo	Teste	Valor-P	Estimador aceito	Estimador aceito em definitivo
1	Breusch Pagan	0,000	efeitos aleatórios	
	Hausman	0,003	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos
	Coef. Tempo (F)	0,806	Efeitos Fixos	
2	Breusch Pagan	0,000	efeitos aleatórios	
	Hausman	0,999	efeitos aleatórios	Efeitos aleatórios
	Coef. Tempo (F)	0,141	Efeitos Fixos	

Fonte: Elaborada pelas autoras. Assumindo-se 10% de significância.

A tabela 3 resume o resultado dos testes. A resultante da combinação dos

três testes foi a escolha da estimação do painel de Efeitos Fixos para o modelo 1 e painel de Efeitos Aleatórios para o modelo 2.

Abaixo, na tabela 4, são demonstrados os resultados que serão analisados levando em consideração apenas as variáveis estatisticamente significantes a 90% de confiança.

Tabela 4 – Estimação dos modelos

VARIÁVEIS	Efeitos Fixos Modelo 1 (OTREC- R\$ milhões)	Efeitos Aleatórios Modelo 2 (OTDEC- R\$ milhões)
VAREO (R\$ milhões)	-0.0240*** (0.00828)	-0.0384* (0.0225)
PASRE (R\$ milhões)	0.0263*** (0.00822)	0.0484* (0.0253)
IMOB (R\$ milhões)	-0.0560 (0.0340)	0.0340 (0.240)
Densidade Populacional	32.93 (19.52)	43.35 (35.03)
ANOELEIT	-163.5 (292.3)	-364.4 (279.1)
Constante	-1,065 (1,482)	6,694*** (2,048)
Observações	107	107
R-squared	0.167	
Estados	27	27

Fonte: Elaborada pelas autoras. Entre parênteses, erro padrão.

*** p<0,01, **p<0,05, *p<0,10

Os resultados demonstram que tanto VAREO quanto PASRE têm impacto sobre as variáveis dependentes dos modelos, com sinais idênticos em ambos os casos. Ou seja, a primeira apresenta sinal negativo para ambos os modelos, demonstrando que as Variações do Resultado do Orçamento têm relação contrária com as variáveis de interesse, mas com magnitude diferente, ou seja, o aumento de R\$ 1,00 em VAREO reduz em média OTREC em R\$ 0,024 e OTDEC em R\$ 0,0384.

Em complemento, PASRE apresenta o comportamento contrário ao da variável anterior em ambos os modelos, apresentando sinal positivo, demonstrando que as variáveis de interesse e ela estão na mesma direção. Assim, o aumento marginal de R\$ 1,00 implica em aumento médio de R\$ 0,0263 em OTREC e R\$ 0,0484 em OTDEC.

Os resultados para as duas variáveis, no que se diz respeito ao sinal, estão de acordo com o encontrado no trabalho de Santos, Machado e Scarpin (2012) para o estado de Santa Catarina, entretanto, no trabalho dos autores as demais variáveis apresentaram resultados significativos.

Nesta pesquisa, constatou-se que nenhuma das demais variáveis do modelo apresentam resultado significativo a 10% (exceto a constante no modelo 2). Portanto, diferentemente do que se esperava, nem o Imobilizado, densidade populacional ou Ano Eleitoral apresentam evidências de que tenham impacto sobre as variáveis dependentes. Quanto a esse resultado, há divergência com o trabalho de Santos, Machado e Scarpin (2012) que encontraram evidências de impactos significativos sobre Outras Receitas e Outras Despesas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo precípua desta pesquisa foi identificar se os estados brasileiros e o Distrito Federal gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário.

Para alcançar este fim, o estudo foi desenvolvido pelo raciocínio dedutivo, caracterizando-se como pesquisa descritiva, documental e quantitativa. O período de estudo corresponde aos exercícios de 2014 a 2017. A população de estudo está representada pelos entes estaduais e o Distrito Federal.

Para alcançar os resultados esperados, utilizou-se da análise de Dados em Painel, mediante a aplicação dos modelos 1 (Efeitos Fixos), cuja variável é OTREC, e o modelo 2 (Efeitos Aleatórios), com a variável OTDEC. Assim sendo, foi verificado que as variáveis VAREO e PASRE apresentam impacto sobre as variáveis dependentes dos modelos, com sinais idênticos em ambos.

Os resultados aqui comentados para as duas variáveis, no que se diz respeito ao sinal, estão de acordo com o encontrado no trabalho de Santos, Machado e Scarpin (2012) para os municípios de Santa Catarina, entretanto, no trabalho dos autores as demais variáveis apresentaram resultados significativos.

Os achados da pesquisa revelam que as variáveis do modelo apresentam resultado significativo a 10% (exceto a constante no modelo 2). Portanto, diferentemente do que se esperava, nem o Imobilizado, densidade populacional ou Ano Eleitoral apresentaram evidências de que tenham impacto sobre as variáveis dependentes.

Quanto a esse resultado, há divergência com o trabalho de Santos, Machado e Scarpin (2012) que encontraram evidências de impactos significativos sobre Outras Receitas e Outras Despesas.

Pesquisas futuras poderão utilizar outros modelos a fim de verificar indícios de gerenciamento de resultados no setor público por meio de outras contas contábeis, principalmente aquelas sob o enfoque patrimonial.

REFERÊNCIAS

ALLEX, Rodrigues. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 2018.

ALMEIDA-SANTOS, Paulo Sérgio; ROCHA, Irani; HEIN, Nelson. Utilização da entropia informacional na seleção de indicadores financeiros mais relevantes para tomada de decisão no setor público: o caso dos estados brasileiros. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 19, n. 2, p. 83-105, 2014.

AUGUSTINHO, Sonia Maria; DE OLIVEIRA, Antônio Gonçalves; DE LIMA, Isaura Alberton. A "Contabilidade Criativa" e a inscrição de Restos a Pagar como "Expediente" para Alcançar o Superávit Primário. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 3, n. 4, 2013.

BALANÇO GERAL DO ESTADO – BGE. Secretaria de Estado da Fazenda do Mato Grosso. 2016. Disponível em: <
http://www5.sefaz.mt.gov.br/documents/6071037/6370637/Volume_7-Relatorio_do_Contador_2016.pdf/6c1a9b70-9244-489e-b4ef-46e00878d93c>
Acesso em: 21 Ago 2019.

BARBOSA, Ismael. Influência dos vieses cognitivos no julgamento dos contadores diante de eventos contábeis que afetam as informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Dissertação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia 2016.

BARDIN, Laurence. 2004. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Portal Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 21 jul. 2019

CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. Contabilidade criativa: um estudo sobre a sua caracterização. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná*. Curitiba–PR, n. 136, 2005.

COSENZA, José Paulo; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. A auditoria da contabilidade criativa. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 143, p. 42-61, 2003.

COSTA, Marcelo Luis da. Orçamento público: o instrumento da gestão. 2010.

DA SILVA FIGUEIREDO, Vanuza; DOS SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. Transparência e controle social na administração pública. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 1, 2013.

DA SILVA, Denise Mendes; MARTINS, Vinícius Aversari; LEMES, Sirlei. Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa no Brasil. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2014.

DA SILVA, Denise Mendes; MARTINS, Vinícius Aversari; LEMES, Sirlei. Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 13, n. 29, p. 129-156, 2016.

DA SILVA, Jerssica. et al. Previsão das receitas públicas: um estudo utilizando o modelo koyck nas receitas orçamentárias dos municípios mais populosos do estado da bahia. p. 32–117, 2014.

DANTAS, Fulvio Cesar et al. O orçamento público como ferramenta efetiva para gestão e controle financeiro da administração pública: uma análise da percepção dos gestores municipais da microrregião de Sousa/PB. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 2, n. 1, p. 91-104, 2014.

DE CARVALHO FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra; OLIVEIRA, Claudio Ladeira. O orçamento público no Estado constitucional democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 38, n. 76, p. 183-212, 2017.

DE SOUSA, Wellington Dantas et al. Contabilidade Criativa versus Fraude Contábil: um estudo empírico com profissionais da contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 215, p. 12-29, 2015.

DIAS, Alessandra Gois Gadelha et al. Contabilidade Criativa, Ética e Gerenciamento de Resultados: Auditoria versus Academia. Revista Administração em Diálogo-RAD, v. 18, n. 1, p. 133-151, 2016.

DOS SANTOS, Alexandre Corrêa; SCARPIN, Jorge Eduardo. Gerenciamento de Resultados: análise de sua incidência em empresas mais admiradas do Brasil. Revista de Estudos Contábeis, v. 2, n. 3, p. 14-33, 2011

DOS SANTOS, Fernando Ricardo Frazão. Orçamento público. Dissertação em Administração Pública-Administração da Universidade Gama Filho 2009.

DOS SANTOS, Luciano Aparecido; CAMACHO, Eliane Utrabo. Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 2, n. 2, p. 82-94, 2014.

DOS SANTOS, Mauren Corrêa; CASTRO, Roberta Graziella Vivian. O papel da contabilidade aplicada ao setor público na tomada de decisões mauren. v. 3, n. 2, p. 54–67, 2015.

DOS SANTOS, Paulo Sérgio Almeida; MACHADO, Débora Gomes; SCARPIN, Jorge Eduardo. Gerenciamento de resultados no setor público: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes dos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 23, n. 4, 2012.

DUARTE, Maria Manuela Rebelo; RIBEIRO, M. Contabilidade criativa: algumas abordagens. *Revista TOC*, v. 93, n. 1, p. 1-35, 2007.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. Saraiva Educação SA, 5o ed 2005.

FAJARDO, Bernardo de Abreu Guelber. Vieses orçamentários em entes subnacionais: uma análise sob a ótica da estimação das receitas estaduais. 2016. Tese de Doutorado.

FIELDS, Thomas D.; LYS, Thomas Z.; VINCENT, Linda. Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001a.

FIELDS, Thomas D.; LYS, Thomas Z.; VINCENT, Linda. Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001b.

FURTADO, José de Ribamar Caldas. Os regimes de contas públicas: contas de governo e contas de gestão. *Revista do TCU*, n. 109, p. 61-89, 2007.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. –Ampliada. Revista e Atualizada. São Paulo. Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HESSEL, Rosana. Número de estados deficitários cresce de 8 para 14 entre 2016 e 2017. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/03/12/internas_economia,665632/numero-de-estados-deficitarios-cresce-de-8-para-14-entre-2016-e-2017.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2019.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade criativa: maquiando as demonstrações contábeis. *Revista Pensar Contábil*, v. 7, n. 28, 2004.

LEMO, André Alexandre Silva de. A contabilidade criativa: uma análise sobre o seu conhecimento em diferentes perspectivas: o aluno, o professor e o profissional. 2017. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais.

MACHADO, Ana Beatriz Tavares. Configuração das Receitas e Despesas Públicas: uma Análise das Finanças do Município do Rio de Janeiro. (2005-2012). v. 5, p. 13–15, 2015.

MACHADO, Débora Gomes et al. Informações no processo gerencial: um estudo das escolhas contábeis nas empresas de energia elétrica da BM&FBovespa. In: Anais do Congresso Virtual Brasileiro de Administração, Distrito Federal, Brasília, Brasil. 2012.

MACHADO, Débora; BENETTI, Juliana; BEZERRA, Francisco. Análise da produção científica sobre earnings management em periódicos brasileiros e internacionais de contabilidade. Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa, v. 10, n. 4, p. 50-66, 2011.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP, p. 1-17, 2012.

MANZI, Suely Maria Silva. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão : estudo no setor de pet shop , na cidade do recife. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural de Pernambuco

MARTINEZ, Antonio Lopo. Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTINEZ, Antonio Lopo; CARDOSO, Ricardo Lopes. Gerenciamento da informação contábil no Brasil mediante decisões operacionais. REAd-Revista Eletrônica de Administração, v. 15, n. 3, p. 600-626, 2009.

MATSUMOTO, Alberto Shigueru; PARREIRA, Enéias Medeiros. Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e conseqüências. UnB Contábil, v. 10, n. 1, 2007.

NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; NAKAO, Silvio Hiroshi. Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. Revista Contabilidade & Finanças, v. 20, n. 51, p. 77-100, 2009.

PAULO, Edilson. Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PEREIRA, José Matias. Avaliação dos efeitos da crise econômica-política-ética nas finanças públicas do Brasil. Revista Ambiente Contábil, v. 9, n. 2, p. 117-141, 2017.

PIRES, José Santo Dal Bem; MOTTA, Walmir Francelino. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 25, n. 2, p. 16-25, 2006.

RODRIGUES, Adriano. Gerenciamento dos resultados contábeis através de receitas e Despesas não-operacionais: estudo empírico das companhias “Nível 1” – Bovespa. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 2, n. 1, 2007.

RODRIGUES, Adriano; PAULO, Edilson; CARVALHO, L. Nelson. Gerenciamento de resultados por meio das transações entre companhias brasileiras interligadas. Revista de Administração-RAUSP, v. 42, n. 2, p. 216-226, 2007

SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. Revista Contabilidade & Finanças, v. 14, n. 32, p. 07-22, 2003.

SANTOS, Aristeu Jorge dos. Orçamento público e os municípios: alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal. READ: revista eletrônica de administração. Porto Alegre. Edição 22, vol. 7, n. 4 (jul/ago 2001), documento eletrônico, 2001.

SILVA, Edilson Bezerra da. Práticas de contabilidade criativa nos estados brasileiros: influências dos ciclos eleitorais. 2018

SILVA, Maurício et al. Análises de Balanços Públicos: Quociente do Resultado Orçamentário do Governo Federal. 2000-2009 (Analysis of Public Balances: Quotient of the Federal Government's Budget Outcome. 2000-2009). Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 15-34, 2013.

SILVA, Rayne Martins; SANTOS, Geovane Camilo. Contabilidade Criativa: Brechas nas normas contábeis ou fraude contábil? Uma análise das maiores fraudes mundiais. RAGC, v. 4, n. 13, 2016.

VASCONCELOS, Camila et al. A influência da cobertura das empresas de Rating sobre o gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 3, p. 37, 2008

WAINER, Jacques et al. Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação. Atualização em informática, v. 1, p. 221-262, 2007.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Positive accounting theory: a ten year perspective. Accounting review, p. 131-156, 1990

XEREZ, Sebastião. A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, n. 000043, 2013

ZUCCOLOTTO, Robson. Fatores determinantes da transparência do ciclo orçamentário estendido: evidências nos estados brasileiros. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo